

O desmembramento da ET-UFPR e a criação do IFPR

The dismemberment of ET-UFPR and the creation of the IFPR

Vanessa Cauê Krugel
Wilson Lemos Júnior
Instituto Federal do Paraná (IFPR)
Curitiba -Brasil

Resumo

Utilizando fontes como legislações, escrituras, relatórios, atas, além da bibliografia, levantou-se a seguinte problemática: como ocorreu a criação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Curitiba, a partir do desmembramento da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR)? A partir do enfoque trabalhado por Thompson (1981), que destaca a importância da experiência no contexto histórico, objetivou-se investigar as particularidades da constituição do IFPR – Campus Curitiba. A primeira parte do artigo trata das escolas técnicas vinculadas às universidades e sua herança aos institutos federais, com destaque para a ET-UFPR. A segunda parte aborda a criação do IFPR. Destacam-se o avanço trazido pelos institutos e sua excelência na educação nesses 13 anos de existência.

Palavras-chave: História da educação profissional; História do IFPR; Escola Técnica da UFPR.

Abstract

Using sources as legislations, reports, minutes, besides the bibliography, this text aims to answer the following problem: how did it happen the creation of the Federal Institute of Paraná (IFPR) - Campus Curitiba, from the dismemberment of the Technical High School of the Federal University of Paraná (ET-UFPR)? Considering the studies of E. P. Thompson (1981), who focus the importance of the experience in the historical context, the objective is to investigate the constitution particularities of IFPR - Campus Curitiba. The first part addresses the technical high schools link to the universities and their inheritance to the federal institutes, in special ET-UFPR. The second part addresses the creation of IFPR, and stands out the progress brought by the institutes and their excellence in the education on those 13 years of existence.

Keywords: Professional education history; History of IFPR; UFPR Technical High School.

Introdução

Devido aos avanços no campo progressista, criou-se, pela Lei nº 11.892/2008, um modelo de instituição de educação profissional: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estruturados a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais, nasceram para gerar e fortalecer as condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro.

Pesquisando em fontes como legislações, escrituras, relatórios, atas, além da bibliografia acerca da instituição, levantou-se a seguinte problemática: como ocorreu a criação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Campus Curitiba*, a partir do desmembramento da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR)? A partir do enfoque trabalhado por Thompson (1981), que destaca a importância da experiência no contexto histórico, objetiva-se investigar as particularidades da constituição do IFPR – *Campus Curitiba*, no ano de 2008.

A primeira parte do artigo trata das escolas técnicas vinculadas às universidades públicas federais do país e sua herança aos institutos federais, com destaque para a ET-UFPR. Já a segunda parte aborda a criação dessa instituição de ensino, o IFPR, oriunda da ET-UFPR – essa foi a instituição-base para seu surgimento, tendo em vista que o CEFET-PR havia se transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no ano de 2005. Ainda, busca-se realizar uma análise das circunstâncias encontradas na transição da instituição, da dualidade estrutural sofrida pela ET-UFPR dentro da universidade e do avanço trazido pelos institutos e sua excelência na educação nesses 13 anos de existência.

As escolas técnicas vinculadas às universidades federais e sua herança aos institutos federais: o caso da ET-UFPR

Como exposto, considerando os avanços no campo progressista, criou-se, pela Lei nº 11.892/2008, um modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir dos CEFETs, agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nasceram para gerar e fortalecer as condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro, devendo ter como norte, de forma ágil e eficaz, as demandas crescentes por formação profissional, a difusão de conhecimentos científicos e o suporte aos arranjos produtivos locais (VIDOR *et al.*, 2011).

Em outras palavras, os institutos deveriam explorar as potencialidades de desenvolvimento e a vocação produtiva de sua localização, contemplando a geração de tecnologias, conhecimento e inserção nesse espaço de formação de mão de obra qualificada. Trata-se da proposição de um compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica, que objetive a reestruturação de laços humanos (PACHECO, 2015).

Em entrevista para a dissertação intitulada *Tempos de construção: a Escola Técnica da UFPR e sua expansão de cursos (1988-2000)*, de autoria de Vanessa Cauê Krugel (2020), o professor Gilson Moraes, professor de Química da instituição desde o ano de 1982, relatou como a ET-UFPR foi escolhida para se transformar em IFPR:

Quando em 2005, sabíamos que o nosso CEFET não iria aceitar o projeto do instituto federal, não queria se transformar em Instituto Federal, nós trabalhamos um pouquinho. Tínhamos na época 100 servidores, professores e técnicos administrativos, e esse grupo praticamente, conseguiu com que o MEC destinasse a nós a incumbência da criação do Instituto Federal do Paraná. Foi quando começamos a trabalhar para isso, 2005, para 2008 ser criada a nossa instituição (KRUGEL, 2020, p. 30).

O professor também destacou como foi o início da instituição:

Em 2008, os servidores vieram, mas um grupo permaneceu na UFPR, que constitui um setor de tecnologia, hoje deles. E nós com uma vontade de querer criar mais espaços, já que o espaço que tínhamos já estava no seu limite. E com vontade de fazer algo mais amplo, embarcamos, no projeto do Instituto Federal. Nós fizemos algo que não era para nós e sim para o futuro e queremos que isso continue sendo forte e firme (KRUGEL, 2020, p. 30).

Os institutos federais não pretendem se transformar em universidades; pelo contrário, buscam superar a hierarquização de conhecimentos em universidade/escola técnica, que reforça a estratificação das classes sociais perpetuada por anos, quebrando o paradigma de que a academia não pode ser contaminada pelos saberes dos artesãos e pelo mundo da vida, bem como o de que a escola técnica deve se preocupar exclusivamente com a formação técnica de um cidadão de segunda categoria, para quem não importam os conhecimentos teóricos (PACHECO, 2015).

A lei estabeleceu que as instituições federais de ensino profissional deveriam ser transformadas integralmente nos novos institutos. No entanto, na ET-UFPR, não foi o que ocorreu, pois houve uma divisão: parte dos servidores preferiu permanecer junto da universidade, continuando a oferecer educação técnica, enquanto a maioria migrou para o novo projeto (KRUGEL, 2020).

O desmembramento da ET-UFPR e a criação do IFPR

Com a intenção de explicar as instituições que lhes deram origem, a lei de criação dos institutos federais define:

Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação (BRASIL, 2008).

O parágrafo 4º deixou aberta a possibilidade de que essas escolas vinculadas às universidades federais propusessem ao Ministério da Educação (MEC) a sua adesão a um instituto federal constituído em sua base territorial, mediante aprovação do Conselho Superior da respectiva universidade. Foi ofertada a oportunidade de todas as escolas técnicas vinculadas às universidades federais participarem dessa transformação, por meio de chamada pública, independentemente da condição de desenvolvimento institucional em que se encontravam (PACHECO, 2011).

Entretanto, as diferenças entre os dois modelos vão muito além das definições. Quanto à natureza, os institutos são autarquias federais, com autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica, disciplinar e patrimonial, sendo equiparados às universidades federais. No âmbito de sua atuação, exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, enquanto as escolas técnicas vinculadas às universidades não têm autonomia administrativa, financeira e orçamentária. A função de certificação profissional lhe é autorizada pela universidade (IFFAR, 2022).

A estrutura organizacional das escolas técnicas é definida pelas universidades, enquanto os institutos possuem estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual, identificada para cada *campus* e a Reitoria. A criação de cursos nos institutos é de responsabilidade da instituição, com autonomia para a abertura e fechamento de cursos em vários níveis; já nas escolas técnicas, essa é uma responsabilidade da universidade (IFFAR, 2022). Em relação à possibilidade de expansão, as escolas vinculadas dependem do interesse da universidade, uma vez que a Lei nº 11.892/2008 não prevê recursos para tal finalidade, enquanto os institutos ficaram assegurados perante a legislação.

Antes da criação dos institutos federais, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, segundo Azeredo e Carvalho (2009), eram 32, que ofertavam 134 cursos técnicos de nível médio, sempre procurando se adequar à vocação da região na qual

estavam inseridas. Voluntariamente, oito dessas escolas optaram por sair das suas universidades e ingressar na nova rede.

As escolas técnicas mantiveram uma forte presença nos programas de extensão e na qualificação de trabalhadores, oferecendo o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja-EJA) e continuando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Saberes da Terra, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), além de ofertar curso de 2º grau propedêutico, sendo consideradas escolas públicas de grande qualidade (AZEREDO; CARVALHO, 2009).

Como as escolas vinculadas às universidades não tinham autonomia e ligação entre si, logo surgiu a necessidade de união para ganhar forças em negociações em necessidades conjuntas. Essa ideia se intensificou no I Encontro Nacional de Docentes de 1º e 2º graus das Instituições Federais, ocorrido no Colégio Pedro II, no centro do Rio de Janeiro, no período de 23 a 25 de agosto de 1985 (CONDETUF, 1991). Nos dias 7 a 9 de maio de 1987, a Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizou o I Encontro de Escolas Técnicas Federais do Rio Grande do Sul, reunindo as 11 escolas do Sistema Federal de Ensino do estado, para uma reflexão sobre suas instituições e um estudo mais aprofundado sobre temas da educação, em virtude das discussões sobre a nova Constituição de 1988. Em novembro de 1989, houve o 2º Congresso Nacional de Educação Tecnológica, em Belo Horizonte, e aproveitou-se para dar prosseguimento nas discussões sobre a criação de um conselho, em nível nacional.

Pela necessidade de que seus interesses fossem ouvidos junto aos órgãos governamentais, foi criado um conselho, com a finalidade de defender políticas públicas para o ensino técnico profissional de nível médio, o Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf), no dia 3 de abril de 1991, cujo estatuto prevê as seguintes finalidades:

- I- Promover estudos e propor soluções para os problemas relativos ao desenvolvimento do ensino técnico;
- II- Colaborar com os poderes públicos visando o aprimoramento da educação e da cultura;
- III- Estimular as atividades científicas e tecnológicas nas escolas técnicas;
- IV - Contribuir para o nível cultural e técnico dos corpos docentes e administrativos das escolas;

O desmembramento da ET-UFPR e a criação do IFPR

V - Funcionar como órgão permanente de coordenação das escolas, objetivando gestar junto a instituições públicas e privadas interesses comuns das escolas, bem como a realizar intercâmbio de experiências e informações;

VI - Orientar e promover a realização de congressos, conferências, seminários e outros encontros, tendentes ao aperfeiçoamento das atividades das escolas;

VII - Manter intercâmbio entre as escolas e outras instituições públicas ou privadas, referente aos assuntos relacionados como o seu interesse e atuação (CONDETUF, 1991).

Esse conselho está ativo até os dias atuais e seu funcionamento é mantido por doações e mensalidades de associados, que se envolvem na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos (CONDETUF, 1991).

Quando criado, o conselho não teve a receptividade esperada das secretarias vigentes. A Secretaria de Ensino Superior (Sesu) ameaçou retirar as escolas das universidades e passá-las para o comando dos municípios e dos estados; já a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete) não reconheceu as escolas vinculadas às instituições superiores de ensino como instituições legalizadas para a oferta do ensino técnico de nível médio. Outro problema que ocorria com essas escolas, conforme relatam Azeredo e Carvalho (2009), era a discriminação pelas próprias universidades, que as consideravam um peso financeiro. Por serem de ensino secundário, necessitavam de um quadro de docentes próprio e as políticas públicas da época, para o ensino profissional de nível técnico, eram alvo de disputas. Os prédios universitários em que estavam instaladas eram antigos e se encontravam em estado precário, precisando de reformas, alguns com mais de 80 anos de idade.

Na ET-UFPR, a situação não seguia o padrão do país, pois a escola encontrava-se em expansão. Em 1993, foi entregue um prédio novo, construído para atender às suas necessidades, o Complexo Riad Salamuni. Sob a perspectiva dos estudos da escolarização a partir dos pressupostos de Thompson (1981), é importante ressaltar as particularidades escolares, levando

[...] em consideração o movimento interno de cada unidade escolar em relação ao contexto social que extrapola os seus muros, relacionando, por sua vez, com uma lógica de sistema que preside a organização escolar em termos locais, nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo precisaria reportar-se à história de vida e profissional dos diferentes sujeitos que se relacionam no interior daquelas culturas, bem como às motivações individuais, de grupo (corporações de professores, por exemplo), e às finalidades socioculturais que movimentaram as nossas sociedades na escola (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 69).

Ainda, o Condetuf colaborou para que a construção do Complexo Riad Salamuni se realizasse, com questões ligadas à documentação da nova construção (CONDETUF, 1991).

Com esses impasses e preocupado com o futuro da maioria das escolas técnicas, no ano de 1994, o conselho enviou um documento para o MEC, denominado Carta de Brasília, relatando o problema e pedindo apoio financeiro para as escolas técnicas (AZEREDO; CARVALHO, 2009). No entanto, como exposto por Azeredo e Carvalho (2009), somente no ano de 1995 recebeu resposta a ela, conseguindo uma reunião com o ministro da Educação, que autorizou o órgão a liberar recursos orçamentários a partir do ano de 1996.

A liberação de recursos para a ET-UFPR ocorreu na direção contrária dos acontecimentos da educação profissional. Os recursos de outras escolas técnicas e CEFETs estavam sendo drasticamente diminuídos, como forma de pressão para a aceitação do Novo Ensino Médio proposto na época. A atitude de fortalecer as escolas técnicas vinculadas às universidades naquele momento tinha como objetivo oferecer curso médio de educação geral de qualidade, o que garantiria apoio da sociedade. Também pretendia oferecer cursos pós-médios utilitaristas e instrumentais, reforçando a dualidade histórica. A função da educação profissional, nesse contexto, ficou restrita,

[...] sintetizada nas seguintes características: centralidade nas competências; submissão explícita da escola e da formação humana à lógica do mercado de trabalho; ênfase nas certificações parciais, ensejando a volta da modularização e das saídas intermediárias; priorização das formas subsequente e concomitante ao ensino médio em detrimento do Ensino Médio Integrado (MOURA, 2013, p. 718).

A partir de 1997, os recursos orçamentários foram liberados, com rubricas específicas, e o Condetuf fez a sua distribuição de recursos, além dos diretores das escolas, para a qual foi criada uma matriz orçamentária (AZEREDO; CARVALHO, 2009). O Ensino Médio regular passou a ser oferecido maciçamente nessas escolas e novos cursos pós-médios (subsequentes) foram implantados. Novamente, a educação profissional integrada ao Ensino Médio sofria grande ataque (CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Nesse mesmo ano, a ET-UFPR deixou de ser órgão suplementar, se transformando em setor da universidade, em uma decisão do Conselho Universitário, por meio da Resolução nº 20, o que aumentou sua autonomia, mas ficou decidido manter o nome, devido ao seu prestígio na comunidade local (KRUGEL, 2020).

As escolas técnicas estão vinculadas às áreas agrária, industrial, de saúde, de arte e comercial, encontrando-se, na última categoria, a ET-UFPR. Uma vez que normalmente não oferecem só uma área de atuação, essa classificação usou como critério a área de maior tradição. Ademais, a abrangência dos cursos técnicos oferecidos permeia do setor primário

O desmembramento da ET-UFPR e a criação do IFPR

ao terciário, considerando a vocação da região em que está inserida a instituição, contribuindo para o fortalecimento de políticas de inclusão social, por meio de suas universidades, auxiliando em projetos de ensino, pesquisa e extensão (AZEREDO; CARVALHO, 2009).

Em suma, as escolas técnicas vinculadas às universidades foram e são importantes para a educação técnica de nível médio no Brasil, assim como para as suas universidades e localidades. De grande relevância são as unidades que escolheram se unir na construção dos institutos federais, assim como as 24 unidades que optaram por permanecer junto de suas universidades. No caso dos institutos, alguns valores imprescindíveis ficaram estabelecidos, como a formação humana omnilateral, que inclui o trabalho, a ciência e a cultura. Nessa direção, o trabalho tem de ser compreendido tanto em seu sentido ontológico, como realização humana, quanto como prática econômica, associada ao modo de produção, considerando, ainda, a cidadania, que se resume na luta por liberdade, igualdade e propriedade. Portanto, para os institutos federais, a educação tem de ser concebida no sentido freiriano, como instrumento de liberação individual e coletiva, em que o educando passa a compreender as engrenagens sociais nas quais está inserido, naquela determinada circunstância histórica, assim como seu papel (PACHECO, 2015).

A criação do IFPR a partir do desmembramento da ET-UFPR

A Superintendência de Comunicação Social da UFPR, em 14 de novembro de 2007, informou a adesão da ET-UFPR ao projeto dos institutos federais:

O IFET/PR nasce com o apoio da UFPR e da UTFPR e terá sete campus. São duas instituições gestando o nascimento da terceira' disse Alípio Leal, diretor da Escola Técnica da UFPR. Terá unidades, além de Curitiba, nas cidades de Umuarama, Paranavaí, Telêmaco Borba, Paranaguá, Jacarezinho e Foz do Iguaçu. As três primeiras já tiveram audiências públicas, aprovação das respectivas Câmaras Municipais e as áreas doadas para construção dos campi. Deverão ser construídas em 2008. Paranaguá já conta com a o espaço físico e Jacarezinho e Foz do Iguaçu devem ficar para 2009 (UFPR, 2007).

Segundo a Assessoria de Comunicação Social do IFPR, a escola técnica se desvinculou da UFPR, no mês de março de 2008, por decisão do Conselho Universitário, destacando que, apesar dessa autorização, a desvinculação dependia de lei federal. Enquanto a documentação estava sendo preparada, em Brasília, o MEC atribuiu responsabilidades à ET-UFPR, entre elas, a de implantar em Curitiba a Reitoria do IFPR e a unidade da capital, além de seis unidades de escolas técnicas no interior do estado (IFPR, 2008a).

O Conselho Universitário da UFPR se reuniu, no dia 19 de março de 2008, para decidir a adesão da ET-UFPR aos institutos federais:

O conselheiro Alípio Santos Leal Neto apresentou as características idealizadas pelo MEC através da criação deste novo modelo de instituição de ensino, marcada pela agilidade, qualidade pedagógica e sem dificuldades de integração com as atuais escolas técnicas. No que tange ao patrimônio da Escola Técnica da UFPR, o Conselheiro Alípio destacou que o mesmo permanece inalterado com os cursos técnicos. O Presidente complementou registrando que havendo a transferência de docentes da Escola Técnica para o IFET, negociaria com o Ministro da Educação a destinação de vagas adicionais de nível superior ao próprio Setor e também através do próprio REUNI. O Conselheiro Valdo José Cavallet testemunhando poder acompanhar mais de perto as ações do Governo Federal voltadas ao ensino brasileiro, destacou que a criação dos IFET nada mais seria que o resultado de um forte movimento que vem acontecendo em nível nacional, aproveitando para destacar a evidência da representação do Professor Alípio Santos Leal Neto no cenário educacional brasileiro. Após mais algumas manifestações o Presidente colocou em votação o parecer do Conselheiro Mauro Lacerda Santos Filho, o qual foi aprovado por maioria de votos (30x04) (UFPR, 2008a).

A sigla IFET (Instituto Federal de Educação Tecnológica) chegou a ser usada pelo MEC para designar as instituições profissionalizantes que iriam compor a Rede Federal, mas logo após veio o anúncio de mudança, sendo o nome abolido e criados os institutos federais, que ganharam uma referência oficial, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG, 2022).

Pela Resolução nº 01/08-COUN, no Processo nº 008491/2008-24, a UFPR resolveu “autorizar a direção da Escola Técnica da UFPR inscrever-se na participação do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia visando a implantação do IFET/Paraná” (UFPR, 2008b). Também ficou estabelecida a criação de duas comissões para atuar na transição da escola:

Finalizada a votação e seguindo a linha do parecer aprovado, o Presidente passou a fase da constituição das comissões, as quais ficaram assim definidas: 1) Comissão de acompanhamento da implantação do IFET [...] 2) Comissão responsável pelo acompanhamento da organização do Setor Escola Técnica da UFPR com a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. – IFET (UFPR, 2008b).

Mesmo com a desvinculação, a universidade continuou ofertando cursos no setor de educação profissional, mantendo os cursos superiores de Tecnologia em Gestão de Informações, Luteria, Secretariado, Gestão de Negócios e Gestão de Negócios Imobiliários (UFPR, 2008b).

O desmembramento da ET-UFPR e a criação do IFPR

Por decisão do Conselho Universitário, na Resolução nº 33/09-COUN, da reunião realizada em 27 de agosto de 2009, houve alteração no estatuto no que se referia à educação profissional:

Art. 1º Alterar o item 7, § 2º do art. 10 do Estatuto da Universidade Federal do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação: [...]

Art. 10. As unidades setoriais organizar-se-ão de forma a atender seus respectivos projetos político-pedagógicos compondo o sistema comum de ensino e da pesquisa básicos e o sistema profissionalizante e de pesquisa aplicada. [...]

§ 2º Serão os seguintes os setores do ensino profissional e pesquisa aplicada: [...]

7. Setor de Educação Profissional e Tecnológica (UFPR, 2009, s/p.).

Na reunião do Conselho Universitário da UFPR do dia 11 de dezembro de 2008, foi apresentada a apreciação da proposta pela comissão de trabalho sobre a escola técnica e o IFET-PR. Na ocasião, foi apresentado um breve histórico sobre o tema, explicitando ainda que, devido à sobrecarga de trabalho de alguns diretores de setor, houve a fusão das duas comissões criadas para acompanhar o processo de transição (UFPR, 2008c).

A presidente da sessão, a reitora professora Dra. Márcia Helena Mendonça, informou que teve a oportunidade de estabelecer alguns contatos, principalmente com o secretário do Ensino Técnico, professor Eliezer Pacheco, sobre os desdobramentos decorrentes da criação do IFET-PR, em especial no que se referia ao patrimônio e à questão dos servidores. Explicou que tais negociações se originaram das disposições previstas no projeto de lei, na parte referente a essas duas questões centrais (UFPR, 2008c).

Um dos conselheiros presentes na reunião do Conselho Universitário de 11 de dezembro de 2008 deixou registrado que as notícias eram tranquilizadoras e que, de acordo com as informações asseguradas por dirigentes do MEC, não haveria prejuízos à UFPR, pois uma das maiores preocupações da universidade era perder parte do seu patrimônio, em especial, o prédio em que a ET-UFPR funcionava, o Complexo Riad Salamuni (UFPR, 2008c).

Em maio de 2008, alguns servidores acreditavam que o novo instituto, *Campus Curitiba*, permaneceria no Complexo Riad Salamuni, como informou o professor Alípio Santos Leal Neto, diretor da escola técnica, para a Comunicação Social da UFPR (UFPR, 2008d):

Até 2009, a Escola Técnica e o IFET vão coabitar. Ou seja, alunos que ingressaram como Escola Técnica se formam como tal e, novos alunos que entram escolhem entre Escola Técnica e IFET. Depois, o Instituto ficará na área da antiga Escola e um novo espaço deverá ser construído pela UFPR para abrigar o ensino técnico-profissionalizante.

Na mesma ocasião, o conselheiro Alípio Santos Leal Neto lembrou que, desde o primeiro momento da proposta de criação do IFET-PR, sua palavra foi uma só: a colaboração

dos dirigentes do MEC. Informou que o compromisso assumido não era só com o Conselho Universitário, mas principalmente com o povo paranaense, que sustentava todo o sistema do ensino público. A comissão produziu um documento atestando o cumprimento das atribuições por parte do MEC, que gerou o instituto federal (UFPR, 2008d).

De modo geral, o instituto deveria agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico e ontológico), derrubando, assim, as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Com isso, oportunizaria um profissionalizar-se mais amplo, abrindo infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo (PACHECO, 2015).

No dia 16 de dezembro de 2008, a proposta sobre a escola técnica e o IFET-PR foi apresentada pela comissão mista de trabalho ao Conselho Universitário da UFPR, que, fundamentado em relatório consolidado pela comissão designada, resolveu:

Art 1º - Alterar o inciso 7 do parágrafo 2º do artigo 10º do Estatuto da UFPR, para Setor de Desenvolvimento da Educação Básica e Profissional.

Art 2º - Alterar o inciso 7º do Art 5º do Regimento da UFPR, para Setor de Desenvolvimento da Educação Básica e Profissional.

Art 3º - Fica criada como órgão suplementar, vinculada ao Gabinete do Reitor a Unidade Administrativa Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná com o intuito de facilitar o compartilhamento de infra-estrutura e pessoal, conforme Resolução 01/08 COUN.

Art 4º - Incluir no inciso XIII do Art 13º do Estatuto da UFPR, a Unidade Administrativa Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

Art 5º - Incluir no inciso XIII do Art 6º do Regimento da UFPR, a Unidade Administrativa Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

Art 6º - Fica assim garantida a opção dos atuais servidores docentes e técnicos administrativos em educação do Setor de Desenvolvimento da Educação Básica e Profissional para a movimentação à unidade Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

Art 7º - As condições de compartilhamento entre o Setor de Desenvolvimento do Ensino Básico e Profissional e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, a que se refere a Resolução 01/08 do COUN, serão discutidas pelo Conselho Universitário e objeto de regulamentação específica (UFPR, 2008e).

Alguns professores não tiveram interesse em sair da universidade. Uma alternativa para que eles participassem da instituição foi possibilitada pela Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que alterou as estruturas e estabeleceu importantes metas relativas à quantidade e qualidade (UFPR, 2008e).

Após o desmembramento, a ET-UFPR alterou seu nome para Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT), no ano de 2009, e prosseguiu se dedicando à educação profissional (LEMOS JUNIOR; KRUGEL, 2022).

O desmembramento da ET-UFPR e a criação do IFPR

O SEPT, que já possuía cursos superiores de tecnologia, ampliou esse quadro, passando a ofertar os cursos de Tecnologia em Gestão da Qualidade, Comunicação Institucional, Secretariado Executivo, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Construção de Instrumentos Musicais (Luteria), Produção Cênica e Negócios Imobiliários (UFPR, 2008d).

Ainda na reunião do dia 16 de dezembro de 2008, a reitora *pró-tempore* e presidente do Conselho Universitário da UFPR, tendo em vista a recente aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara Federal nº 177/2008, que tratava da instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC, decidiu:

1. Reforçar a posição já estabelecida pela UFPR desde 04.11.1997, através da Resolução nº 20/97-COUN que transformou a então Escola Técnica vinculada à UFPR no Setor Escola Técnica da UFPR;
2. Tomar as medidas necessárias e oportunas para salvaguardar o Setor Escola Técnica da UFPR, o seu patrimônio, os seus cursos, os seus docentes, os seus servidores técnico-administrativos e os seus estudantes como parte integral desta UFPR, conforme pactuado na reunião do COUN de 19.03.2008;
3. Considerar o PLC nº 177/08 na sua redação aprovada pelo Senado Federal como não condizente com o encaminhamento discutido e aprovado no COUN quando da autorização para a adesão da Escola Técnica ao projeto dos IFETs;
4. Promover com urgência a manifestação pública, clara e contundente sobre a situação que atinge o Setor Escola Técnica da UFPR com a aprovação do PLC e para que sejam resguardados os compromissos assumidos anteriormente (UFPR, 2008e).

O Portal de Notícias da UFPR transmitiu a notícia de que a Lei nº 11.892/2008 criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e foi publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de dezembro de 2008. Sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a lei fazia parte do objetivo do governo federal de construir mais 214 escolas técnicas no Brasil até 2010. Desse modo, as vagas seriam ampliadas de 215 mil para 500 mil nas diferentes modalidades de ensino da educação profissional, da educação média integrada à formação superior em tecnologia (UFPR, 2008f).

Com diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora, a organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos institutos federais, permitindo que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino (PACHECO, 2015). Assim, iniciou-se uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando inovar a partir das próprias características, experiências e necessidades. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deveriam ser definidos por meio de audiências públicas e da escuta das representações da sociedade (PACHECO, 2015).

O fazer pedagógico desses institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência-tecnologia e teoria-prática, tendo a pesquisa como princípio educativo e científico, assim como as ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revelou sua decisão de romper com um formato consagrado por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (PACHECO, 2015).

Inicialmente, acreditava-se que cada unidade teria sua própria marca. No IFPR, a Figura 1, ainda com a sigla IFET-PR, foi escolhida para o *Campus Curitiba*.

Figura 1 – Primeira marca do IFPR



Fonte: IFPR (2022).

No processo seletivo para ingresso de estudantes no ano de 2009, a escola ofertou 135 vagas nos cursos de Ensino Médio (70 vagas) e Médio Técnico Integrado em Contabilidade (40 vagas) ou Informática (25 vagas), além de 235 vagas para os cursos de nível técnico, divididas entre os cursos de Contabilidade (80 vagas, divididas em duas turmas de 40, com entrada no primeiro e segundo semestre), Enfermagem (30 vagas), Higiene Dental (30 vagas), Massoterapia (40 vagas para o segundo semestre), Prótese Dentária (25 vagas) e Radiologia (30 vagas). A restrição para os candidatos que optaram pelos cursos de nível técnico em Enfermagem ou Radiologia foi a de que deveriam ter, no mínimo, 18 anos no momento do registro acadêmico. Aqueles que passaram em Radiologia deveriam também, obrigatoriamente, passar por exame de sanidade e capacidade física (UFPR, 2008g).

Ainda, os candidatos com necessidades especiais poderiam optar por concorrer também à vaga de seu curso prevista por cotas; no entanto, aqueles que já possuíam curso superior não poderiam optar por concorrer a essas vagas (UFPR, 2008g). Tal direcionamento corrobora o entendimento de que a educação deve promover uma reflexão crítica dos padrões estabelecidos, promovendo relações sociais mais justas:

Um dos papéis da educação é além de possibilitar o acesso aos conhecimentos específicos, promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais vigentes e as formas de desenvolvimento progressistas das forças produtivas, possibilitando o estabelecimento de relações sociais cada vez mais justas e igualitárias (PACHECO, 2015, p.33).

Em 2008, a ET-UFPR contava com 2.087 estudantes matriculados, 45 professores em regime de dedicação exclusiva, dez docentes em regime de 20 horas semanais e nove professores substitutos, totalizando 64 docentes. O *Campus Curitiba* dispunha de um corpo técnico-administrativo de 15 servidores (IFPR, 2008c).

Considerações finais

A ET-UFPR já se constituía como uma escola de relevância ao ensino técnico profissional na cidade de Curitiba desde sua criação, sendo que, mesmo na década de 1990, no qual os recursos de outras escolas técnicas e CEFETs estavam sendo drasticamente diminuídos, houve uma grande expansão na oferta de cursos e, conseqüentemente, nos recursos e orçamento da instituição, com destaque para a criação do Complexo Riad Salamuni, no ano de 1993.

A criação dos institutos trouxe um enorme avanço para a educação profissional e tecnológica, pois a diferença entre os dois modelos é muito grande, principalmente no que diz respeito à natureza das instituições, tendo em vista que os institutos são autarquias federais, com autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica, disciplinar e patrimonial, sendo equiparados às universidades federais, o que não ocorre com as escolas técnicas. No mais, em relação à estrutura organizacional, as escolas técnicas são definidas pelas universidades, enquanto os institutos possuem uma estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual, identificada para cada *campi*, assim como para a Reitoria.

Entende-se que o IFPR ainda está em processo de consolidação. Nesse sentido, é necessário que a cultura academicista, descolada da realidade social, não se torne o alvo da instituição, mas que seu propósito de diminuir as desigualdades enraizadas na educação brasileira se mantenha como destino. Para isso, a busca por novas referências na educação

profissional precisa ser uma constante, agregando a preparação para o trabalho (compreendida em seu sentido histórico e ontológico) à formação acadêmica, derrubando as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Referências

AZEREDO, Genival Alves; CARVALHO, Iclécia Honorato Silva. Escolas técnicas vinculadas às universidades federais: uma breve história. In: MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRASIL. Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira. **Educação profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS (CONDETUF). **Estatuto**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.condetuf.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Estatuto-CONDETUF.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE FARROUPILHA (IFFAR). **Diferenças entre um instituto federal e uma escola vinculada a uma universidade federal**. Disponível em: http://www2.fw.iffarroupilha.edu.br/portal_new/images/CAFW/arquivosPDF/diferencas.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). **Perguntas frequentes**. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 11 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Assessoria de Comunicação Social**. Curitiba, 2008a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Audiência pública**. Curitiba, 2008b.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Plano de Metas 2009-2014**. Curitiba, 2008c.

KRUGEL, Vanessa Cauê. **Tempos de construção:** a Escola Técnica da UFPR e sua expansão de cursos (1998-2000). 2020. 120f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Curitiba, 2020.

LEMONS JUNIOR, Wilson; KRUGEL, Vanessa Cauê. História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (1869-2008). **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, p. 831-853, 2022.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705–720, 2013.

PACHECO, Eliezer. (Org.). **Institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos institutos federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN Editora, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Superintendência de Comunicação Social.** Curitiba, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Secretaria dos Órgãos Colegiados. **Ata de Reunião do Conselho Universitário da UFPR, de 19 de março de 2008.** Curitiba, 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. **Resolução n. 01/08-COUN.** Curitiba, 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Secretaria dos Órgãos Colegiados. **Ata de Reunião do Conselho Universitário da UFPR, de 11 de dezembro de 2008.** Curitiba, 2008c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **REUNI e a escola técnica.** 20 maio 2008d. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/reuni-e-a-escola-tecnica/>. Acesso em: 11 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Secretaria dos Órgãos Colegiados. **Ata de Reunião do Conselho Universitário da UFPR, de 16 de dezembro de 2008.** Curitiba, 2008e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **Lei cria 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** 31 dez. 2008f. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/lei-cria-38-institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 11 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Superintendência de Comunicação Social. **Escola técnica selecionará candidatos no mesmo período do Vestibular 2008/2009.** 29 ago.

2008g. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/escola-tecnica-selecionara-candidatos-no-mesmo-periodo-do-vestibular-20082009/>. Acesso em: 11 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. **Resolução n. 33/09 - COUN**. Curitiba, 2009.

VIDOR, Alexandre *et al.* Institutos federais: antecedentes. In: PACHECO, Eliezer. **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

Sobre os autores

Vanessa Cauê Krugel

Doutoranda em Tecnologia e Sociedade (UTFPR), na linha Tecnologia e Trabalho. Mestra Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituição Associada: Instituto Federal do Paraná (IFPR). Especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio (IFPR). Graduada em Design de Móveis (UTFPR). Técnica em Desenho Industrial (CEFET-PR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5159882390011541> Email: vanessacau@msn.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0447-402X>

Wilson Lemos Júnior

Doutor em Educação pela PUC-PR. Mestre em Educação pela UFPR. Professor do IFPR (Campus Curitiba). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Instituição Associada: Instituto Federal do Paraná (IFPR).
url: <http://lattes.cnpq.br/6235929576086675> Email: wilson.lemos@ifpr.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3566-9113>

Recebido em: 27/10/2022

Aceito para publicação em: 25/01/2023